ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA - 2026

COMISSÃO DA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA (PMPI) - 3º BIÊNIO

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 10 horas, por meio da plataforma Microsoft Teams, reuniram-se os membros da Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, a saber:

Lara Vitoria Abreu dos Santos, representante suplente de SGM/SEPE; Juliana André Nunes, representante suplente de SMS; Elizete Aparecida Rossoni Miranda, representante titular de SMDHC; Jady Gabrielle Silva, representante titular de SMIT; Deisiana Paes, representante suplente do Instituto Jô Clemente; Camila Sawaia, representante titular da CoCriança.

Também estavam presentes: Ligia Cosmo Cantarelli (SGM/SEPE), Maria Isabel Meunier Ferraz (SGM/SEPE), Rita Carolina Menezes Mendes dos Santos (SGM/SEPE) e Jéssica Cavalcante Almeida (SMPED).

A sra. Lara inicia a reunião apresentando a agenda prevista para o encontro, a saber: informes; validação do mandato bienal do novo processo de escolha dos representantes das organizações da sociedade civil; compromisso da PMIPI no 4° Plano de Governo Aberto; status de publicação do 7° Balanço do PMPI.

Sobre o edital de seleção das OSCs para a Comissão de Avaliação, a sra. Lara destacou o encerramento de mais um biênio da Comissão e informou que a representação da Cocriança e do Instituto Jô Clemente se encontra ao final do mandato. Apresentou a proposta de alteração do edital, considerando que atualmente o mandato tem duração de dois anos a partir da publicação da portaria, o que tem ocasionado diferenças entre os períodos de publicação e, consequentemente, algumas vacâncias. Como alternativa, propôs que os mandatos passem a ter vigência de janeiro a dezembro, buscando alinhar os períodos e evitar vacâncias. Ressaltou que a decisão deverá ser discutida pela Comissão e solicitou a manifestação das representantes da Cocriança e do Instituto Jô Clemente sobre a possibilidade de permanecerem no mandato até dezembro ou se preferem encerrá-lo em 13/10, conforme previsto no edital, para subsidiar a definição dos próximos encaminhamentos.

A sra. Deisiana Paes informou que o Instituto Jô Clemente poderia permanecer na Comissão de Avaliação até dezembro. A sra. Camila Sawaia também manifestou concordância. E a sra. Lara informou que, após conversa com a Comissão Técnica, seria proposta a realização da eleição ainda neste ano, com início do novo mandato em janeiro. A proposta de alteração do edital foi colocada em votação e aprovada, por unanimidade, pelos presentes.

Na sequência, a sra. Lara apresentou o compromisso da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância no 4º Plano de Ação de Governo Aberto, destacando que a proposta

foi construída conjuntamente pelas secretarias e representantes da sociedade civil no Fórum de Gestão Compartilhada e encontra-se em processo de validação pelos gabinetes. O compromisso tem como objetivo fortalecer a comunicação acessível e aberta da Política, ampliando o acesso à informação, a compreensão e a transparência, por meio de linguagem acessível, síntese e participação de diferentes públicos. Para isso, foram estabelecidos três marcos: diagnosticar como a Política é atualmente comunicada; elaborar um plano de comunicação; e produzir materiais acessíveis sobre a Política, contribuindo também para o fortalecimento do controle social.

A sra. Juliana Nunes destacou que o compromisso de comunicação é estratégico para a implementação da Política, não se restringindo à divulgação, mas contribuindo para a padronização dos materiais e conteúdos sensíveis, facilitando sua disseminação nos territórios e apoiando processos de capacitação, treinamento e sensibilização. A sra. Lara agradeceu a contribuição e ressaltou que a iniciativa também atende à meta do Plano Municipal pela Primeira Infância de elaboração de um plano de comunicação, possibilitando integrar os materiais e comunicar a Política de forma conjunta e acessível.

Na sequência, a sra. Lara passou ao último tema da pauta, referente à publicação do 7º Balanço do Plano Municipal pela Primeira Infância, convidando a sra. Ligia para atualizar os participantes sobre o andamento do processo. A sra. Ligia Cosmo Cantarelli informou que todas as coletas do 7º Balanço foram concluídas pela plataforma SMAE, incluindo as contribuições das organizações da sociedade civil, do Conselho Tutelar e do Legislativo. O material está em revisão, com esclarecimentos e complementações sendo solicitados quando necessário, antes de seguir para diagramação. Após essa etapa, o documento será encaminhado pelo SEI para aprovação dos gabinetes. Também informou que alguns gráficos ainda aguardavam ajustes para garantir sua legibilidade.

Sobre isso, a sra. Juliana esclareceu dúvidas relacionadas a duas metas da Saúde. Em uma delas, explicou que não é possível apresentar o recorte exato de 0 a 6 anos, pois o sistema utiliza faixas etárias diferentes (0 a 4 e 5 a 9 anos), dificultando o cálculo conforme estabelecido pelo indicador da meta. Sugeriu que, para os próximos balanços, seja avaliada uma alteração na forma de contabilização da meta. Sobre a outra meta (Programa Saúde na Escola), explicou que, por se tratar de uma política intersecretarial, as áreas envolvidas têm autonomia para indicar as informações e ações que consideram relevantes para o período, sendo essas contribuições incorporadas ao Balanço conforme encaminhadas pelas respectivas áreas.

A sra. Ligia ressaltou que, considerando as 143 metas do Plano, é natural que ocorram mudanças nas bases de dados e nas formas de mensuração entre as secretarias, inclusive em relação a recortes territoriais e faixas etárias. Destacou que, quando a forma de medição originalmente pactuada deixa de ser viável, será necessário repactuar o indicador e atualizar sua redação, contando para isso com o apoio das áreas responsáveis pelos dados. A sra.

Juliana acrescentou que as mudanças de coordenação e de prioridades das secretarias também influenciam as respostas e o acompanhamento das metas, uma vez que o contexto dos territórios se transforma ao longo do tempo. Apontou que já havia sido discutida a necessidade de atualização das metas do PMPI, mas que ficou definido que elas não poderiam ser alteradas até 2030. Ressaltou, assim, que a defasagem entre as metas pactuadas em 2018 e a realidade atual dos territórios pode dificultar seu acompanhamento, diante das diferentes prioridades e particularidades de cada área.

Em seguida, a sra. Lara informou os encaminhamentos finais da reunião: a ata seria encaminhada por e-mail até 17 de setembro, com prazo para envio das validações até 23 de setembro. Solicitou que eventuais alterações fossem indicadas por e-mail e que os participantes registrassem a concordância, quando fosse o caso, para possibilitar a inserção no Participe+ até 25 de setembro.

Sem mais assuntos a tratar, a sra. Lara encerra a reunião e eu, Camila Paiva (SGM-SEPE, Núcleo da Primeira Infância), lavrei a presente ata.

São Paulo, 14 de setembro de 2026.